


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4000025-42.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Exibição - Provas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 13/05/2014 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

MARIA ZULEYDE DE ALMEIDA MORAES propõe ação cautelar de exibição de documentos contra **NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A**. A requerida a negatizou por débito de R\$ 2.340,00, mas não sabe a que se refere a negativação. Sob tal fundamento, pede seja a requerida condenada a exibir o contrato firmado e seus eventuais adendos e/ou o título que originou o apontamento.

A requerida contestou (fls. 18/22) sustentando que as partes contrataram a prestação do serviço "Combo Total Digital HD + Virtua + Ponto Adicional + Ponto Adicional" e a contratação foi por telefone. O modelo do contrato está disponível no *website*.

A requente replicou (fls. 86/88).

O juízo determinou (fls. 89) à requerida a informação sobre se o contrato foi instrumentalizado, se dispõe documentos comprovando a entrega dos equipamentos, e de que modo eram pagas as faturas mensais.

A requerida informou (fls. 92/94) que a contratação foi por telefone, que será difícil a localização das O.S. relativas aos equipamentos e que as faturas eram quitadas através de débito em conta bancária.

A requerente manifestou-se (fls. 98/99) informando que cancelou o contrato por telefone e solicitando (cf. fls. 103/104) a gravação das conversas telefônicas, e solicitando esclarecimento sobre a origem da dívida, pois quitou todas as parcelas.

A requerida informou (fls. 105) que o débito refere-se a equipamentos não restituídos pela requerente, e que não possui gravação de conversa telefônica arquivada.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A requerente foi instada a manifestar-se (fls. 106) e silenciou (fls. 109).

FUNDAMENTAÇÃO

O processo deve ser extinto sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse processual, pois, como vemos a partir do relatório acima elaborado por este magistrado, as dúvidas da requerente foram esclarecidas ao longo do processo, assim como não há documentos que a requerida possa trazer aos autos pertinentes ao que foi solicitado na inicial, já que o contrato não foi instrumentalizado por escrito e não há registro das gravações telefônicas.

Quanto às verbas sucumbenciais, deverão ser suportadas pela requerida.

É que a ação judicial foi necessária em razão da insuficiência das informações prestadas à consumidora (veja-se, por exemplo, fls. 09; aliado ao fato de que a requerida não trouxe prova de que tenha encaminhado à requerente qualquer correspondência informando ou cobrando a requerente a respeito da dívida com esclarecimento a respeito de sua origem), que simplesmente não sabia a origem da cobrança (ressarcimento por equipamentos não restituídos).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, ante a perda superveniente do interesse processual, com fulcro no art. 267, VI do CPC, e CONDENO a requerida em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA